

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djae-con.tjce.jus.br/materias/71867> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.



EXTRATO 00206/2024
Edição: 3346

Disponibilização: 11/07/2024 às 14h43m

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2023

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **CONTRATADA:** INSTITUTO PUBLIX PARA O DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA S/S LTDA; **OBJETO:** supressão e alteração de serviços, sem ampliação do prazo contratual, constante do contrato cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria especializado em Gestão de Processos ou Business Process Management (BPM), Gestão da Qualidade, Gestão Estratégica e Projetos; **PROCESSO ADMINISTRATIVO:** 8511427-16.2024.8.06.0000; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** cláusulas 11.6 e 11.7 (CGC) do Contrato CT 45/2023; **DA SUPRESSÃO:** Ficam suprimidos os seguintes itens referentes ao 'Anexo II - Serviços II' do Contrato nº 45/2023 descritos na Tabela denominada S1.4 (Apoio à implantação de modelo de gerenciamento de riscos), com redução do valor contratual de R\$ 390.581,19 para R\$ 352.792,46; **DATA DA ASSINATURA:** 11 de julho de 2024; **SIGNATÁRIOS:** Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Rafaella Lopes Ferreira e João Paulo Mota Cordeiro.

Para visualizar a matéria completa, acesse o link <https://djae-con.tjce.jus.br/materias/71868> ou realize a leitura do QR-Code ao lado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ATOS DOS SECRETÁRIOS E OUTROS

PORTARIA 00025/2024
Edição: 3346

Disponibilização: 11/07/2024 às 14h06m

PORTARIA Nº 0025/2024

Dispõe sobre concessão de diárias para servidores.

O **SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 4º, inciso XIV, da Portaria nº 310/2023, publicada no Diário da Justiça eletrônico do dia 09 de fevereiro de 2023;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder diárias a servidores, nos termos do Anexo desta Portaria, ao tempo que autoriza a emissão de nota de empenho e o pagamento dos referidos valores, obedecidas às formalidades legais, cuja despesa está vinculada ao segundo grau de jurisdição.